

Processo seletivo 2018
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social -PPGAS - USP

Projeto de Mestrado

Nome: Ariane Couto Costa

Data: 19/05/2018

Orientador: Vagner Gonçalves da Silva

Título: Afro-Patrimônios: da herança e da memória à identidades.

Resumo: Partindo das premissas de que o Patrimônio Cultural é uma categoria multidimensional e arena de disputas e de poder, o propósito desta pesquisa será investigar o lugar do *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro* na elaboração de identidades por negros e não negros a eles relacionados. Se pretende questionar: se e como esta categoria tem sido articulada à noção de memória/herança para reelaborar a identidade por negros (as) e não negros; e se é convocada para lhes conferir *novos lugares de fala* e, por conseguinte, se tem gerado novos lugares de escuta.

Esta pesquisa se dará através de dois pontos que se desenvolverão concomitantemente: 1. o aprofundamento de pesquisa bibliográfica articulada sobre os conceitos de *patrimônio cultural afro-brasileiro*, *memória* e *identidades negras*; 2. o estudo etnográfico em um terreiro de candomblé.

//Introdução//

Embora pouco usual, vamos iniciar esta explanação a partir uma digressão narrativa, que ela mesma explica a trajetória que leva a proponente desta pesquisa a apresentar este projeto. Por se tratar a digressão narrativa para uma vivência pessoal e subjetiva (WHITE, 1991; FOUCAULT, 1999 *apud* SOUZA, 2017), que mobiliza e concentra os pensamentos desta autora há anos, tomo a licença para narrar estes fatos em primeira pessoa.

Numa breve vivência fora do Brasil, mais especificamente na Alemanha, no ano de 2006, fui colocada diante de uma grande e complexa questão, inerente a qualquer imigrante: o questionamento de nossa própria identidade, em face da percepção do outro sobre nós, a famosa *alteridade*. Não à toa, a ensaística fundadora do conceito de “brasilidade” nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 1930/1940 foi gestada justamente quando seus autores estavam “fora de casa”¹.

Na vivência mencionada, foi possível perceber “na pele” o quanto a cultura afro-brasileira e mesmo algumas facetas da cultura indígena eram ali retomadas, relidas, discutidas e apresentadas como “a legítima” cultura brasileira. Não à toa: era o ano da Copa da Cultura², em que através de acordo bilateral, o Brasil mostraria “massivamente” sua cultura àquele país durante o evento esportivo da Copa do Mundo de 2006. Também era um momento em que Gilberto Gil estava à frente do Ministério da Cultura, marcando terreno como um dos mandatos que mais divulgaria, dentro de uma perspectiva mais ampla de diversidade cultural, o legado africano para a cultura brasileira³. Era, enfim, a culminância de um momento político que pretendia (re)estabelecer, definitivamente a visão do Brasil - face aos demais países- como “o país do futuro- que chegou”, para fazer alusão com a obra do autor austríaco Stefan Zweig⁴.

Diante dessa exaltação da *brasilidade*, saltava aos olhos o quesito afro-brasileiro e de repente a comunidade brasileira na Alemanha passava, diante da expectativa do outro, a se reunir em torno de uma identidade cultural marcada pela feijoada, pelo samba, pela capoeira, pela cultura da favela⁵, pelo inicialmente internacionalizado funk carioca, pelo churrasco, a farofa e a caipirinha. E era ali, em meio a todos os europeus

¹ Refiro-me a Sérgio Buarque de Holanda, que escreveu parte de *Raízes do Brasil* durante e após sua estada na Alemanha e Gilberto Freyre, que escreveu *Casa Grande e Senzala* nos Estados Unidos.

² Convênio firmado bilateralmente entre Brasil e Alemanha, contemplando intensivo intercâmbio de artistas brasileiros das mais diversas expressões para apresentações e eventos no país germânico. ver mais em:

http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/brasil-mostra-sua-cultura-na-alemanha-em-2006-54993/10883

³ Não se está aqui ignorando os esforços do ministério das relações exteriores em outras gestões, mas afirmando-se que nesta gestão, ao contrário das demais, o AFRO se sobressai ao Brasileiro. Ver CALABRE, Lia em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100008 e <http://www.culturaemercado.com.br/site/pontos-de-vista/o-que-gil-deixara/>

⁴ Refiro-me ao livro “Brasil, um país do futuro”, publicado em 1940 do escritor austríaco Stefan Zweig.

⁵ Principalmente reificada pelo sucesso do filme Cidade de Deus, sob a direção de Fernando Meirelles, inaugurando uma nova estética cinematográfica e uma nova visão do Brasil da favela, que foi explosivamente consumida no contexto cultural alemão.

curiosos e sedentos pelo exótico de nossa composição multiétnica, embora predominantemente afro brasileira na prática das expressões culturais que ali se exibiam, que nos identificávamos e nos distinguíamos, renegociando nossas identidades, barganhando nossas vivências e aderências, trocando cada um a seu jeito com aquele mundo e momento que se colocava.

Esta longa e talvez enfadonha digressão tem um propósito, pois foi somente a partir daquele momento de contato direto com a alteridade e de observação da incorporação de referências tão afro brasileiras como “cultura brasileira” que me coloquei diante do choque de ver que o mesmo país que era exaltado pela cultura diaspórica e que a incorporava nos discursos de brasileiros (de todas as cores), era o país que violentava pessoas de fenótipo negro com o desemprego, com a inacessibilidade aos bancos das universidades, com a negação a espaços de poder ou à representatividade no mundo do consumo, com a reiterada negação de sua beleza, com o apagamento de suas outras histórias e memórias.

Havia ali uma questão: *como componentes da cultura negra poderiam ser tão banalmente apropriados como símbolo da brasilidade e, ao mesmo tempo, o país continuar, sistematicamente, violentando simbolicamente essa população?*

Anos depois tomei contato com outra concepção de cultura, aquela que compreende o fazer do dia a dia, as formas de expressão e organização humana de diversos grupos, cujo lugar, institucionalmente, era o do Patrimônio Cultural. Depois de anos lidando com políticas públicas e pesquisas sobre patrimônio cultural, uma questão ainda restava sem resposta: como teria sido o processo que transformava o Patrimônio Histórico e Artístico, que dá nome à autarquia responsável pelas políticas de patrimônio, em Patrimônio Cultural?

Esta pergunta se tornou uma breve pesquisa de conclusão de curso de uma especialização em gestão cultural. Nela refleti que a política patrimonial, enquanto inscrição discursiva e, portanto, de poder, da memória social e coletiva, passava, assim como o próprio conceito de cultura, a partir da década de 1970 a problematizar a visão certo modo excludente que assumira até então.

Colocava-se aí um novo desafio para o órgão, que seria gerir e expandir o rol de patrimônios culturais em seus diversos tipos, consolidando maior *representatividade* para esta memória oficial. Mas *seria essa “inclusão” na narrativa da memória afro*

uma real ferramenta de auto representação e reafirmação de identidade para os grupos a ela relacionados e, em um contexto mais amplo, a todos os negros? E se as categorias de identidade e cultura, como afirma Manuela Carneiro da Cunha (2009), são categorias de ida e volta, como os não negros estariam, em contrapartida, reelaborando suas próprias identidades em torno dessas novas categorias? Qual o alcance dessa institucionalização na sociedade? A partir desses problemas, apresentaremos, a seguir o estado da questão.

//Estado da Questão//

Se por um lado o órgão de patrimônio nacional tem conseguido, paulatinamente, abarcar as referências culturais de matriz africana ao rol dos patrimônios culturais brasileiros, por outro, segundo Célia Corsino, superintendente do Iphan em Minas Gerais na mesa redonda do Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional Referências Culturais⁶-INRC, esses vinte anos⁷ não foram suficientes para que o órgão pudesse reavaliar a ferramenta e tampouco se ajustar administrativamente para a gestão deste patrimônio cultural.

A dificuldade exposta pela superintendente denota o desafio que é, para a equipe de gestão do órgão de patrimônio cultural no Brasil lidar com a categoria *Patrimônio Cultural*, na sua concepção mais expandida, que é marcada sobretudo, a partir dos anos 2000 pela incorporação de uma nova categoria, a do *patrimônio imaterial*, terrenos que demandam da antropologia e da linguística⁸, em detrimento da museologia e da arquitetura, que até então eram as principais ferramentas para a gestão da dimensão material dos bens e edificações. (CHUVA, 2009, 2014; SALADINO, 2010)

⁶ Disponível em <https://youtu.be/jfalFZjoVckY>

⁷ O Seminário versava sobre os 20 anos da instituição da Política do Patrimônio Imaterial, ponto a partir do qual as referências culturais negras e indígenas passariam, majoritariamente, a constituir o “cancioneiro da memória brasileira”.

⁸ Hoje as categorias de patrimônio abarcadas pela política e gestão pública dizem respeito a: a) patrimônios materiais (Arqueológicos, coleções, objetos, ferroviários, edificações) e Patrimônios Imateriais (divididos em 4 categorias de gestão: saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Desde 2010 entram no grupo de interesse dos patrimônios imateriais também o patrimônio linguístico e, ainda mais recente, o patrimônio genético. Ver mais em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

Categorias meramente analíticas, *Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial* não existem *per se*, já que todo bem material tem uma expressão de imaterialidade e todo bem imaterial está relacionado a um conjunto de objetos através do qual se consolida e materializa a expressão na dimensão simbólica (GONÇALVES, 2009; MENEZES, 2012). No entanto, a cisão que hoje surge nas comunicações do IPHAN quase que como apenas uma questão metodológica, é produto de um intenso debate político, repleto de controvérsias e vieses, que terminaram por deixar de fora da seleção do que Mário de Andrade havia proposto para o Instituto: os bens culturais de matriz popular, negra, indígena e rural (CHUVA, 2009).

Assim, desde sua gênese, no embate de forças entre a visão mais “antropológica” de Mário de Andrade e a visão preservacionista dos arquitetos, venceu esta, por motivos políticos, regionais.⁹ Decorrência dela foi mais um aparelho institucional que afirmava a história e a ancestralidade brasileira ligadas a esse patrimônio de origem branca, católica e edificada, representado pelas igrejas históricas, santos e acervos ligados à burguesia do período colonial. Afinal, ao nos depararmos com um prédio “histórico” podemos nos perguntar: histórico por que? histórico pra quem? Em que medida minha família, minhas origens estão ligadas a esse passado histórico? que história é essa e onde me inscrevo nela?

Vale lembrar que ao passo que o órgão de patrimônio se direcionaria para os bens edificados e as jazidas arqueológicas (indígenas) pré-colônias para pô-las sob proteção do Estado, no entanto, as populações indígenas vivas, assim como os negros se tornavam, paralelamente, alvo de estudos antropológicos, etnográficos e acadêmicos em centros de folclore, seminários e outros eventos, articulados no sudeste, pela equipe do Museu Nacional (com enfoque majoritariamente voltado para a etnografia de populações indígenas, com intercâmbios de Lévi-Strauss, entre outros) e a partir do eixo

⁹ Uma abordagem geral sobre as questões envolvendo os contextos da seleção desta política patrimonial em detrimento da proposta por Mario de Andrade pode ser encontrada em CHUVA, 2009, assim como em COSTA, Ariane, 2015. Presente em: http://www.academia.edu/34121881/DISCURSO_NARRATIVA_DI%C3%81LOGOS_OS_CAMINHOS_DO_PATRIM%C3%94NIO_NO_BRASIL

nordeste, com as escolas Baiana e Pernambucana de etnografia e estudos das populações afro-brasileiras¹⁰.

Com isso, ficam excluídos do discurso patrimonial brasileiro todos os registros de culturas negras, indígenas e caboclas, que, no entanto, foram alvo dos estudos relacionados ao folclore. Derivado do termo *folk* (povo) e *lore* (sabedoria), o folclore se propunha ao estudo- de cunho mais catalográfico e cheio de nuances de exotismo - dos costumes populares, que nesta concepção eram desprovidos de valor histórico, de valor excepcional ou artístico, dissociando novamente o Saber do Fazer, descredibilizando os saberes ancestrais relacionados àqueles povos, corroborando ainda a lógica de dominação colonial. (ARANTES, 1981)

Se por um lado os negros, indígenas e mestiços nunca tiveram reconhecimento de sua história e de seu passado, a não ser pelas reiteradas narrativas de escravidão e de primitividade, num claro viés de *história única*¹¹, por outro, isso não lhes tolheu a resistência, mantendo vivas, mesmo sob repressão violenta, muitas de suas expressões de culturais manifestas em seus sistemas de crenças, festividades e arranjos sociais. (AMARAL, 1998; ABREU, 2007; ABADIA, 2010).

A força e a permanência dessas instituições culturais possibilitaram as articulações dos povos negros em torno delas, como é o caso dos Terreiros de Candomblé. Para além de expressões de religiosidade, articulavam a vida social e política dos povos a elas relacionados, conformando-se como verdadeiros núcleos de resistência, a partir dos quais muitas das conquistas dos negros foram possíveis. Por este caráter, após décadas de resistência, expressões como a Capoeira e os Terreiros¹² foram reconhecidas como patrimônios, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, obrigando os órgãos a desenvolverem novas formas de pensar o patrimônio, para as quais a antropologia teve e tem um papel central, já que a imaterialidade intrínseca a

¹⁰ ver CORREA, Mariza. O Mistério dos Orixás de das Bonecas: raça e gênero na Antropologia brasileira. revista Etnográfica, Vol IV (2), 2000 pp .233-265.

¹¹ Ver palestra "os perigos de uma história única" de Chimamanda Adichie em <https://youtu.be/D9lhs241zeg>

¹² Os Terreiros e Capoeira são, ao que parece, expressões de resistência típicas da experiência dos africanos nesão e participação de membros e fiéis de notoriedade social, como é o caso do Terreiro de Mãe Menininho Brasil, que articularam grupos e resistiram, ganhando legitimidade, sobretudo, com a ad do Gantois em Salvador. Sobre isso, ver a obra de Edson Carneiro, Ruth Landes e o filme a cidade das mulheres em <https://youtu.be/zFWy3mwyRes>.

eles não poderia ser tratada ou entendida pelas premissas utilizadas para a compreensão do patrimônio edificado.

Segundo Kuper (2008) e Manuela Carneiro da Cunha (2009) a cultura, assim como a identidade, são discursos em constante negociação. Nesse sentido, é natural que reivindicando o reconhecimento como “herança”, as religiões de matriz africana¹³ e outras expressões culturais negras propõem uma intrincada rede de reposicionamentos e ressignificações, sugerindo ainda, um espaço de legitimidade conferido por parâmetros legais, no meio político de decisões e de poder do qual até então fora mantida às margens.

Segundo o órgão nacional de patrimônio:

*O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um **sentimento de identidade e continuidade**, contribuindo para promover o **respeito à diversidade cultural** e à criatividade humana.*

(IPHAN, 2018)

Nesse sentido, cabe nos questionarmos: a institucionalização de patrimônios culturais afro-brasileiros são ferramentas com a potencialidade de abrir espaço para negros e negras redesenharem sua participação na construção da memória social do país?

//Objetivos Gerais//

1. Observar se a institucionalização do patrimônio cultural como *herança e memória* tem sido convocada para reelaborar o passado e a identidade por negros e negras a eles relacionados;

¹³ naturalmente, no campo das religiões não apenas as denominadas de matriz africana convergem resistência e atuam como agentes sociais. O catolicismo negro e as irmandades em torno do Rosário dos pretos tiveram atuação fundamental, assim como as religiosidades muçulmanas vindas de África com os negros Malês tiveram enorme força de resistência, como atesta a revolta do Malês, na Bahia em 1865, que acabou por resultar no extermínio, migração e deportação de diversos afro-brasileiros de volta à África. Sobre isso ver artigo do Vagner Gonçalves na revista Afroindia, assim como site do islamismo africano no Brasil. O que ocorre é que as formas pagãs de religiosidade sempre foram demonizadas, resistindo como contracultura possíveis).

2. Observar se e como essas categorias seriam convocadas para lhes conferir *novos lugares de fala*;
3. Observar se como *categoria de ida e volta*, a reelaboração da *identidade* dos negros, por conseguinte, cria novos lugares de escuta pelos não negros em torno das comunidades e dos processos de patrimonialização.

//Objetivos Específicos//

1. Aprofundar a pesquisa bibliográfica em torno do tema, buscando delimitar os conceitos de patrimônio cultural/ memória/ identidade;
2. A partir de pesquisa documental, delimitar os patrimônios culturais mais eminentemente ligados ao afro-brasileiro, percebendo, a partir de sua identificação, as controvérsias e semelhanças na seleção desses bens;
3. Etnografar um terreiro de candomblé patrimonializado em São Paulo¹⁴, a partir da observação, de conversas ou, se pertinente, entrevistas com membros, lideranças e vizinhança. Além de buscar entender a articulação de identidade e patrimônio neste contexto do Terreiro, a pesquisa poderá ser expandida para fora desse contexto, a partir de metodologia de rede ou bola de neve, para outros colaboradores em outros espaços de vivência e sociabilidade negros.
4. Sistematizar os dados coletados e constituir uma análise que busque responder às perguntas de pesquisa elencadas.

//Premissas Teóricas//

Propostos como eixos da pesquisa, Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro, memória e identidade, serão campos com discussões muito amplas e multifacetadas.

No que concerne ao patrimônio cultural, extensa é a bibliografia que versa a respeito. Categoria de pensamento, o patrimônio cultural não é, portanto, uma realidade apreensível, mas um conceito criado artificialmente para se entender esse domínio da vida e do cotidiano de grupos sociais relacionados à memória, identidade e continuidade. O patrimônio é, portanto, segundo Gonçalves (2007) uma categoria que abarca organicamente o material e o imaterial, o sagrado e o profano, o individual e o coletivo. No entanto, é importante levarmos em conta que embora objetivamente na

¹⁴ Ainda não definido. Deverá ser alvo de discussão com o orientador da pesquisa.

realidade o que chamamos patrimônio não seja, como o quer a lei, uma unidade coesa composta de partes, é importante levarmos em conta que a abordagem institucional reservada a essa categoria assim o fez e imprime até hoje suas marcas desses bens, porque, como afirmam alguns autores, estamos num tempo em que a cultura é tomada, indivisivelmente, como ato político (CUNHA, 2009; KUPER, 2002; GONÇALVES, 2007).

É certo que esta premissa da cultura como ato político forja relações antes inexistentes e pode até mesmo, como afirma Kuper (op. Cit.) limitar a identidade cultural de um grupo em torno dos interesses políticos defendidos pela ‘classe’, mas isso não destitui a importância da inclusão de outras vozes, antes caladas, na política cultural de forma autônoma, já que é através da existência política e cultural que diversos grupos de minorias têm conseguido fazer frente às violações e violências seculares.

Por isso ao falarmos de Patrimônio neste projeto estamos propondo: a. perceber o olhar consolidado pela política cultural; b. entender o patrimônio mais amplamente como uma herança, ligada ao conceito de *heritage*, como a propriedade que se passa de geração a geração. (CANANI, 2005).

O Conceito de Patrimônio Afro-brasileiro ainda não é um consenso, sendo abordado pela literatura como as referências culturais de herança cultural mais diretamente relacionáveis à matriz africana, como é o caso da Capoeira, dos Terreiros de Candomblé, das diversas formas de Samba, dos Batuques e Maracatus, entre outros. (CAPONE, 2015; FUNDAÇÃO PALMARES, SILVA, 2018)

No que tange à identidade, embora não haja um consenso na antropologia por sua conceituação, já que ela seria algo do domínio do indivíduo, aqui a tomaremos por categoria a partir de sua dimensão coletiva, como uma “*comunidade socialmente construída e imaginada por pessoas que se entendem e percebem como um grupo social, diferenciado dos demais e que, como tal, partilham valores, conhecimentos, símbolos, projetos*” (ANDERSON, 1983 apud SCHWARCZ, 2017).

Como a identidade aqui problematizada é a relacionada à negritude, ela será abordada como uma *raça social*, uma categoria relacional produzida socialmente, por consenso. (Schwarcz, 2017). A cor é a condição primeira que media os indivíduos negros na sociedade brasileira, afinal “*não poder ser uma Branca de Neve ou um anjo no final do ano é uma marca que se inscreve na pele, assim como raça, motivo pelo*

qual Franz Boas tenha afirmado que a cultura é uma ‘segunda pele’” (SCHWARCZ op. cit. pg. 115).

Ademais, segundo Vannucchi¹⁵ após a longa trajetória marcada pelo escravismo, com todos os tipos de violência a ele atrelados, na república, foi dado início a um processo que condicionaria a “inclusão” dos brasileiros negros e não brancos à assimilação das condutas e atitudes da população branca, não só do ponto de vista estético, como também cultural. Segundo a autora as representações negativas enraizadas no imaginário social e experienciada no dia a dia de negros e não brancos os coloca numa situação de “não existência”, pelo seu desmentido no discurso coletivo. Segundo Miriam Chnaiderman (2017), o silêncio da história e a negação da herança produzem enclausuramentos e feridas que não se fecham.

Os aspectos apontados pelas psicanalistas podem ser, certo modo, percebidos pela reiterada necessidade de reescrita do passado pelos negros no Brasil e no mundo. Em “O perigo de uma história única”, a escritora feminista nigeriana alerta para o fato de que a condenação dos negros a uma única narrativa, ligada à pobreza e à escravidão colonial, confina os negros e negras em estereótipos que os confinam e anulam todas as outras histórias positivas, os valores e a cultura fora deste contexto, ou ainda, paralelos a ele.

Digital influencers como Nataly Néri, Ana Paula Xongani, Gabi Oliveira, Tati Sacramento, entre outras¹⁶, têm despontado nas redes sociais com questões sobre negritude, identidade e ancestralidade. Artistas visuais como os angolanos Nastio Mosquito, Kiluanji Kia Henda, o zimbábue Kudzanai Chiurai, o brasileiro Arjan Martins ou Leonce Agbodjelou, do Benin¹⁷, também exibem em suas obras a temática da ancestralidade e da diáspora. A mesma experiência está presente no trabalho cantora

¹⁵VANNUCHI, Maria Beatriz da C. C. A violência nossa de cada dia: racismo à brasileira. In KON, Noemi Moritz (org.) O racismo e o negro no Brasil: questões para psicanálise. Perspectiva, 2017.

¹⁶ Ver

https://www.geledes.org.br/12-youtubers-negras-que-estao-empoderando-mulheres-na-internet/?gclid=Cj0KCOjwuYTYBRDsARIsAJnrUXAeXDJYdPStYrLfkDEdD1WaOt0NRLCyMISsAkj4lhc8KJxtC3TrSakaAhqmEALw_wcB visitado em 20/05/2018.

¹⁷ Obras presentes na exposição Ex-Africa, de curadoria de Alfons Hug (alemão) e Ade Bantu (nigeriano) presente no Brasil através do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB SP) ver em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/ex-africa-traz-selecao-de-obras-de-artistas-contemporneos-do-continente.shtml> , visitado em 20/05/2018.

e ativista Luedji Luna¹⁸, na forma de expressão do grupo feminino de tambores Ilu Obá de Min¹⁹, ou no apelo que teve o filme Black Panther²⁰ da Marvel, que aponta para um dos recordes de bilheteria no cinema internacional, que reelabora a identidade e a representação do negro a partir de uma abordagem do afrofuturismo.

Todas estas expressões cibernéticas, midiáticas, musicais e artísticas são apenas alguns exemplos da convocação da identidade, que passa pela *re(e)sistência*, isto é pelas afirmações de trajetórias de *resistências*, *resignificadas*, dando luz, de forma dialética, a *novas formas de existir* para a identidade negra.

Se estas novas narrativas todas se constroem sobre a reelaboração do passado, pensar a identidade a partir da catalisação da categoria Patrimônio Cultural Afro num contexto e no entorno de um grupo cultural de matriz afro, que evoca essa ancestralidade para o reconhecimento de sua ação como expressão cultural tradicional, pode ser interessante para pensar o papel do Afro-Patrimônio nesse movimento.

//Premissas Metodológicas//

Como rapidamente exposto pretende-se organizar esta pesquisa a partir de métodos qualitativos e quantitativos, além de pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente pretende-se analisar, nos bancos de dados do Iphan (âmbito nacional), Condephaat (âmbito estadual) e Compresp (âmbito municipal) disponibilizados publicamente quais os bens culturais de matriz afro-brasileira, sejam eles materiais ou imateriais. Esta avaliação fornecerá dados quantitativos sobre quantidade, local e época em que foram institucionalizados esses bens, o que por si já descortina a possibilidade de se realizar leituras sobre os dados gerados. Espera-se com isso obter um painel exploratório geral sobre o patrimônio de matriz afro brasileira.

Como a categoria “afro brasileiro” não é uma categoria institucional para o Iphan, Condephaat ou Compresp para a classificação dos patrimônios culturais protegidos, embora surja em vastíssima bibliografia assim abordada. A categorização

¹⁸

<https://www.metropoles.com/entretenimento/musica/conheca-a-africanidade-pop-da-cantora-luedji-luna>, visitado em 20/05/2018.

¹⁹ <http://iluobademin.com.br/site/>, visitado em 20/05/2018.

²⁰

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/03/pantera-negra-supera-os-vingadores-e-e-a-quinta-maior-bilheteria-da-historia.shtml>, visitado em 20/05/2018.

será feita através de pesquisas bibliográficas e consultas secundárias, como às sugestões da Fundação Palmares, buscando delimitar o que poderiam ser os patrimônios de matriz afro. Poderão ainda ser consultados, caso necessário, os documentos e inventários oficiais que subsidiaram a patrimonialização, que prescindem de uma pesquisa histórica/ etnográfica, o que pode ser feito à distância ou presencialmente, em visitas agendadas a estes órgãos.

Para a abordagem do Terreiro em sua dimensão de patrimônio cultural²¹ /memória, igualmente será dissecada bibliografia a respeito, a fim de conceituar ou minimamente situar o conceito.

Em seguida a pesquisa se fundamentará na pesquisa de campo de caráter etnográfico, em que se propõe a observação participante em eventos do Terreiro. Em princípio imaginamos observar em especial as relações de negros e não negros nesses espaços, assim como cada um convoca a ancestralidade do ponto de vista cultural. A aplicação de entrevistas ou rodas de conversa poderá ser utilizada secundariamente, de acordo com a necessidade de aprofundamento das percepções sobre as categorias patrimônio afro-brasileiro, identidade, herança, memória.

Por fim, com base nos resultados da pesquisa de campo em constante diálogo com revisão bibliográfica, se procurará orientar respostas possíveis para as perguntas de pesquisa elencadas.

//Contribuição Esperada//

Com esta pesquisa, que se fundamentará em pesquisa etnográfica de campo, e, se necessário, entrevistas, espera-se avaliar o alcance da noção de Patrimônio Cultural para a comunidade alvo da pesquisa; assim como para observação de “se” e “como” ela é catalizada para a reelaboração da identidade negra para os grupos a ela relacionados.

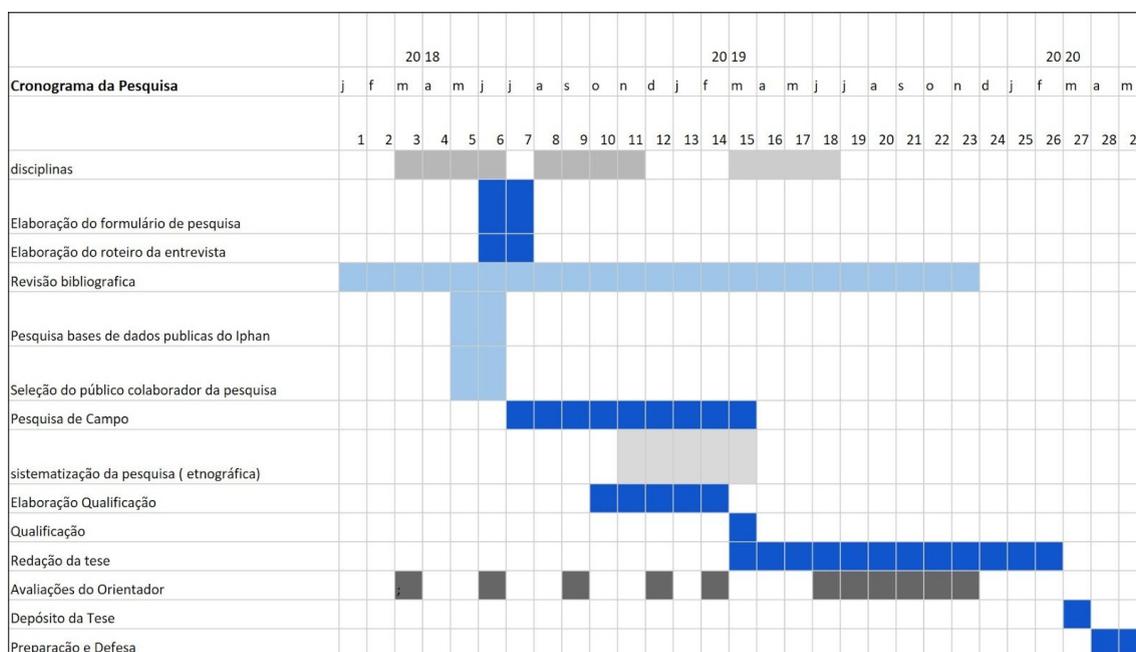
A hipótese que norteia essas questões é a de que a inclusão dos patrimônios de origem afro-brasileira no rol dos bens culturais institucionalizados possa operar uma reelaboração simbólica, mesmo que sutil, da imagem do negro. Essa ressignificação da imagem e a possibilidade desses grupos narrarem sua própria história a partir de outros pontos de vista, poderia criar mais uma esfera de representação político-cultural, já que

²¹ Não pretendemos mobilizar nesta pesquisa a religião como categoria de análise central. Há fartos estudos como os realizados por Reginaldo Prandi, Rita de Cássia Amaral, Vagner Gonçalves da Silva entre outros acadêmicos de vulto neste sentido.

segundo Roseane Borges (2016 pp. 81) “*política, representação e imaginário*’ formam um tripé incontornável, ainda que sobre ele pesem resistências justificadas pela crença de que a conquista do poder se dá pela disputa de espaços institucionalizados.” De acordo com Birges em trecho que cita Judith Butler: “*não basta apenas disputar o reconhecimento social, é preciso mudar as normas que atribuem reconhecimento diferenciado*”. (op. Cit. pp. 84). Nesse sentido é possível aferir que a política cultural para o patrimônio cultural tem potencialmente tanto a virtude de fazer existir a imagem dos negros ressignificada pela cultura afro-brasileira, calcada num passado diverso e multifacetado, como também tem a potencialidade de, a partir da inserção dessas vozes no discurso político, mudar, em longo prazo, as citadas normas que atribuem reconhecimento.

Esperamos, com essas reflexões contribuir para que o Patrimônio Cultural possa perseguir dimensões mais vivas e potenciais para estabelecer, de fato, formas mais diversas e abrangentes de diálogo entre passado, presente e futuro das populações afro-brasileiras.

//Cronograma//



//Bibliografia//

ABADIA, Lilia. A identidade e o patrimônio negro no Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências da Cultura da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2010.

ABREU, Regina.; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil” in LIMA FILHO, Manuel Ferreira.; BELTRÃO, Jane Felipe.; ECKERT, Cornelia. [orgs.] **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Associação Brasileira de Antropologia, Nova Letra, Blumenau, 2007. pgs. 21- 44.

ARANTES, Antônio A. O que é cultura popular. SÃO PAULO, BRASILIENSE, 1ª ED. 1981.

ARANTES, Antonio A.. O patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua salvaguarda. in **Revista Resgate**, Campinas, v. 13, p.11-18, 2004. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/175/176>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BORGES, Roseane. Imaginario e política: a constituição material da subjetividade. In: Revista Observatório Itaú Cultural, nº 21, nov 2016- mai 2017).

BRETTAS, Aline; FROTA, Ma. Guiomar. O registro do congado como instrumento de preservação do patrimônio minério: novas possibilidades. Revista PPG-MUS- MAST. V.5, nº1, 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, Encarnacion Aguillar. **Patrimônio Etnológico: Nuevas perspectivas de estudio**. Junta de Andalucía: Consejería de Cultura, 1999. p. 16-33.

CARVALHO, Luciana., PACHECO, Gustavo. “Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do INRC”. *in* LONDRES, Cecília [et. al]. **Celebrações e saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Rio de Janeiro, Funarte, Iphan, CNFCP, 2004, pg 25-34.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Entendendo o Folclore e a Cultura Popular. s/d. Disponível em http://www.cnfcp.gov.br/pdf/entendendo_o_folclore_e_a_cultura_popular.pdf . Acessado em 14/04/15.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil** (Anos 1930-1940).Ed. UFRJ. 2009. 43 p.

CORÁ, M. Amelia J. Memória e patrimônio imaterial: formação da identidade a partir do patrimônios culturais no Brasil. In: revista Nau Social, v.4, nº6, pp. 120-132. Mai-out 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas*. São Paulo, Cosac Naify, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. “Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *in* **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, ½, 2001, pg. 23-32.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A.. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 72 p. (Ciências Sociais - Passo a passo 66).

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios, 2007.

GUERREIRO, Goli. Percepções do Atlântico: antropologia estética, produção de conhecimento e antirracismo. In: Revista Observatório Itaú Cultural, nº 21, nov 2016-mai 2017).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora. 3ª Edição, trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 1999. 102 p.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 22, n. 36, dez. 2006 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 24 mar. 2015.

KUPER, Adam. Cultura a visão dos Antropólogos. Bauru. EDUSC, 2002.

LIMA FILHO, Manuel.; BELTRÃO, Jane F.; ECKERT, Cornelia. (orgs). ABA- Associação brasileira de antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau, Nova Letra, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de . Os Paradoxos da Memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de. (Org.). **Memória e cultura. A importância da memória na formação cultural humana**. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC/SP, 2007, v. , p. 13-33.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto, 2009, v. 2, p.25-39, 2012. Disponível em: <http://w

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro Brasileira: Perspectivas e dificuldades. Revista de Antropologia. V. nº33, 1990.

_____. Entrevista. In: Revista Observatório Itaú Cultural nº 21 (nov 2016 - mai 2017).

PINHEIRO, Áurea da Paz; SOUZA, Francisca Marcia Costa de. **Patrimônio cultural e múltiplas temporalidades.** Disponível em: <http://ufpi.br/subsiteFiles/patrimoniocultural/arquivos/files/anais_encont_hist_aurea.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2014.

ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. **Mediações** • v. 14, n.1, p. 218-236, Jan/Jun. 2009, disponível em: <file:///C:/Users/B/Downloads/3358-11150-1-PB.pdf> acessado em: 14/04/15.

SANTOS, Francimário. A política do registro das Congadas em Minas Gerais: mobilização, diálogos e descontinuidades. Revista CPC, São Paulo, nº22, pp. 242-266. Jul-dez 2016.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Complexo de Zé Carioca da Malandragem. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, nº 29, São Paulo, 1995. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=208:rbcscs-29&catid=69:rbcsc&Itemid=399 Acesso em: 12/04/15.

SOUZA, Carla Gabrielli Galvão de. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. In: **Revista dos Estudantes de Direito da UNB**. nº 07, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/383> . Acesso em: 01/02/2015.

SOUZA, Luciana C. Patrimônios e comunidades: uma análise dos discursos sobre patrimônio imaterial e o caso das paneleiras de Goiabeiras. Disponível em: <http://arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/2014/03/patrimonios-e-comunidades-uma-analise.html> Acesso em: 26/03/15.

VELHO, Gilberto. “Patrimônio, negociação e conflito”, *Mana*, 12 (1), 237-248, 2006.

VIANNA, Leticia C. R.; TEIXEIRA, João Gabriel. Patrimônio imaterial, performance e identidade. IV ENECULT. 28-30 mai de 2008, UFBA.